



## DESTAQUES ECONÔMICOS

Antônio José Martins

e-mail: martins\_32@terra.com.br

**UNIÃO CORTA R\$ 1,2 BILHÃO EM PENSÕES INDEVIDAS** – Auditoria detecta pagamentos irregulares na folha da administração direta federal. Até homem recebia benefício para “filha solteira”. Nosso comentário: Isso o fim da picada! Somente agora descobriram?

**PLANALTO AMPLIA CONCESSÕES E ADMITE NEGOCIAR AJUSTE FISCAL** – Nosso comentário: De concessão em concessão, “a vaca vai para o brejo”....

**EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS TÊM MAIOR QUEDA ENTRE TRINTA PAÍSES** – Nosso comentário: A continuar assim, dificilmente qualquer plano de ajuste econômico irá emplacar!

**FORTE RETRAÇÃO DE VENDAS NO VAREJO** – A maior queda desde 2003.

**CRÉDITO BANCÁRIO** – Todos os bancos elevaram os juros do cheque especial. Nosso comentário: E olha que o Brasil é um dos países com o maior número de bancos! Só use em caso de extrema necessidade!

**CÂMARA FEDERAL PROÍBE AMPLIAÇÃO DE SETORES TERCEIRIZADOS EM EMPRESAS ESTATAIS**

– Nosso comentário: Até que enfim uma notícia que parece ser de razoável para boa!

**DO MINISTRO DO STF, GILMAR MENDES: “ROUBO ESTÁ NO DNA”** – Seguindo ação que barra doação de empresas a políticos, ministro afirma que mudança

não resolve. Nosso comentário: Será que DNA de ladrão não se cura na cadeia?

**HSBC PODE DEIXAR O BRASIL, SEGUNDO O “FINANCIAL TIMES”** – Nosso comentário: será que nossas contas, aqui de Tatuí, serão transferidas para Londres?

**CRISE AUTOMOTIVA** – Mercedes demite 500 trabalhadores em fábrica de caminhões no ABC Paulista. Nosso comentário: Que fiquem somente nos 500, são nossos mais sinceros votos!

**FINANCIAMENTO BANCÁRIO** – Bancos emprestam 9,5 bilhões para uma firma que não apresentou balanço auditado e, segundo informações, deve bilhões de empréstimos em vigor. Além disso, sua principal produção vem, há tempos, perdendo valor de preço no mercado internacional. Nosso comentário: Adivinhem o nome da empresa?

**PERECE ATÉ PIADA, MASESTÃO “ESTADÃO”** – Diretor geral de empresa de aviação turca recomendou a seus pilotos solteiros que se casem rapidamente, lembrando o acidente recente ocorrido nos Alpes. “Achamos que a tragédia aconteceu porque o co-piloto havia terminado com sua namorada!”. Nosso comentário: Só faltava esta! Pergunte sempre no guichê da companhia aérea: o piloto é casado?

Por hoje é só, tenham todos uma ótima semana.

## MUSEU PAULO SETÚBAL RECEBE EXPOSIÇÃO “VIA CRUCIS”



Obras permanecerão expostas em Tatuí até o dia 24 de maio.

No período de 23 de abril a 24 de maio, Tatuí recebe a mostra “Via Crucis”, do artista Marco Giannotti, no Museu Histórico Paulo Setúbal. A exposição é realizada pelo Museu de Arte Contemporânea de Sorocaba (MACS), dentro do projeto “MACS Fora de Casa”, que recebe apoio cultural do ProAC, da Secretaria Estadual de Cultura. Estas obras fazem parte do acervo da instituição sorocabana e podem ser visitadas gratuitamente de terça a sexta-feira, das 8h30 às 18 horas, e aos sábados, domingos e feriados, das 9 às 17 horas.

São 14 telas, que mostram os momentos mais importantes da vida de Cristo. Para criar as obras, o artista usou como referência e inspiração a pintura da

Capela do Rosário, em Vence, na França, que evidencia a habilitação do mestre Henri Matisse, com a utilização de cores e luzes. Marco Giannotti acaba de ser eleito embaixador de Relações Internacionais da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP).

Na abertura da exposição em Tatuí, o público teve a oportunidade de assistir uma apresentação do Coral “Professor José dos Santos”, com a regência de Cibele Sabioni, e participar da uma conversa com Giannotti. O Museu Paulo Setúbal situa-se na Praça Manoel Guedes, nº 98. Maiores detalhes sobre a exposição e visitação são obtidos através dos fones: (15) 3251-4969 e 3251-6568.

## COMPANHIA DE TEATRO DO CONSERVATÓRIO ABRE TEMPORADA ARTÍSTICA

Neste sábado (25), às 20h30, e domingo (26), às 19 horas, no Teatro “Procópio Ferreira”, a Cia. de Teatro do Conservatório de Tatuí faz a estreia de sua temporada artística, com entrada franca ao público. As duas primeiras apresentações do ano integram o projeto “Do Trágico ao Cômico – Em busca de um Teatro Popular”.

Sob a orientação de Carlos Doles e Fernanda Mendes, este projeto norteará pesquisas da Cia. de Teatro, que tem como ponto de partida os dois gêneros mais populares da história do teatro ocidental (tragédia e comédia) e envolve uma série de eventos abertos aos alunos do setor de artes cênicas e interessados na área. “Eles poderão colaborar conosco, trocar ideias, experiências e sensações, até o resultado final, previsto para o próximo mês de outubro”, informa Doles.

As apresentações dos dias 25 e 26 dão continuidade a uma leitura dramática e um workshop de dramaturgia co-

ordenado por Débora Brenga, realizados no último dia 1º. Após essas duas atividades, a Cia. de Teatro do Conservatório de Tatuí passou a estudar textos criados no workshop. “Estamos aprofundando a pesquisa com a criação das primeiras cenas-experimentos. Serão de seis a oito cenas, com um ou dois atores em cada. As cenas serão trabalhadas e compartilhadas com o público”, explica Doles. Alguemas serão apresentadas no dia 25, e outras, no dia 26. Depois das apresentações haverá conversa com o público presente e atores sobre as propostas.

Para Carlos Doles, “o compartilhamento não somente de nossos resultados – espetáculos – mas de nosso processo de criação, poderá colaborar para formação de novos atores, figurinistas, cenógrafos, dramaturgos e também na formação de público, que poderá entender os processos e mecanismos quase artesanais e muito delicados da montagem de um espetáculo”.

## TROVAS

J. R. do Amaral Lincoln

Será que alguém inda crê no Partido Trambiqueiro?...  
E o que quer dizer PT?  
- Prenderam o Tesoureiro.

\*\*\*

Confiscos, nessa avidez,  
já nos deixam quase loucos:  
Collor fez de uma só vez,  
e Dilma confisca aos poucos.

\*\*\*

“Hoje, não vamos benzer”,  
diz a placa de madeira...  
E o motivo, quer saber?  
- Deu dengue na benzedeira!

## JOAQUIM LEVY E A CPMF

\* Marcos Cintra

Cogita-se no Congresso a volta da CPMF, com alíquota de 0,15% para financiar a saúde pública e ajudar no ajuste fiscal. Ela garantiria uma receita de R\$30 bilhões. Desde sua criação, a CPMF foi tema de debates acirrados entre os defensores e os críticos da tributação sobre a movimentação financeira, cuja origem foi a proposta do imposto único, que previa a substituição de vários tributos de elevado custo por apenas um. Porém, ela foi criada como um tributo adicional aos já existentes.

Contudo, mesmo tendo sido instituída como mais um tributo, a CPMF foi um importante experimento para a economia brasileira. Revelou-se um tributo de baixo custo, simples e que dificulta a sonegação. A CPMF deixou de existir desde 2008. Mas, vale lembrar que um importante legado em defesa daquele tributo foi deixado pelo atual ministro da Fazenda Joaquim Levy, o que reforça sua possível volta.

Em 17/9/2007 o então secretário de Fazenda do Rio de Janeiro, Joaquim Levy, publicou no jornal “Valor Econômico” o artigo “CPMF gera menos distorções na economia que outros tributos”, afirmando que “a CPMF é hoje um dos tributos que gera menor distorção na economia”. O argumento de Levy encontra respaldo em vários trabalhos acadêmicos, inclusive em simulações que produzi para comparar o impacto de um Imposto sobre Movimentação Financeira (IMF) com o de um sistema tributário tradicional, sobre os preços de 110 setores da econo-

mia (vide capítulo 2 do livro “Bank Transactions: Pathway to the Single Tax Ideal”). É um ponto de grande importância, porque rebate o discurso frequente dos críticos dessa forma de tributação.

Outro aspecto do artigo de Levy trata da eficácia administrativa da CPMF em termos de transparência, custo, combate à sonegação e distribuição do ônus fiscal. Segundo o ministro da Fazenda, a CPMF tem qualidades pelo fato de “sua arrecadação ser transparente, verificável e barata, ela alcança agentes que escapam de outros impostos, aumentando a equidade do sistema como um todo”.

Não obstante a pertinência dos argumentos esgrimidos a favor da CPMF por Joaquim Levy, sua pura e simples criação na atual conjuntura seria polêmica, se utilizada apenas como instrumento de elevação da carga tributária. Tributação sobre movimentação financeira não deve ser vista, novamente, apenas como um mecanismo para socorrer as finanças públicas em situação crítica.

Pelo contrário, deve ser introduzida como referência para uma reforma tributária voltada à simplificação da cáótica estrutura fiscal do País, ao combate da sonegação, à redução dos custos administrativos das empresas e à melhor distribuição do ônus entre os contribuintes. O tributo deve resgatar a ideia inicial de utilização da movimentação financeira como base para a eliminação dos tributos declaratórios complexos e ineficientes em uso na economia brasileira.

\* Marcos Cintra é doutor em Economia pela Universidade de Harvard (EUA) e professor titular de Economia na FGV (Fundação Getúlio Vargas). Foi deputado federal (1999-2003) e autor do projeto do Imposto Único.

## NOTAS

\*GAUDENCIO TORQUATO

**POR QUE O MOVIMENTO DE DOMINGO RETRASADO FOI MENOR?**

**BANALIZAÇÃO**

Movimentos ganharam periodicidade e se repetem em todo o País. Deixaram de ser surpresa. Incorporaram-se ao cotidiano das pessoas. A banalização dos eventos deflagra a sensação de “coisa já vista”. Perdem impacto.

**PROXIMIDADE**

Menos de um mês entre os dois eventos foi tempo muito curto para motivação de correntes e grupos, atenuando a força da mobilização.

**FOCO**

O foco do discurso não canalizou os interesses ge-

rais. Corrupção esteve ao lado da saúde como tema de interesse maior dos participantes.

**RETRAÇÃO DE DILMA**

Na mobilização do dia 12, não tivemos a faísca acesa pela presidente Dilma, aquela que ela acendeu no Dia da Mulher, em 8 de março, quando fez longo discurso desenhando a moldura de um país harmônico e feliz.

**MARGENS DISTANTES**

A equação BO+ BA +CO+ CA começa a desmoronar, mas ainda não tem sido capaz de levar as margens para o centro das cidades. BOLSO, Barriga, COração, CABeça! Bolso vazio é barriga roncando, coração enfurecido, cabeça revoltada!

## TUDO É PERMITIDO, MESMO O PROIBIDO

Entre os diversos títulos que formam a identidade do Brasil, um dos mais conhecidos é: o país da permissividade. Pinço, mais uma vez, o dito jocoso sobre os quatro grandes modelos de sociedade no mundo: o primeiro é o inglês, onde tudo é permitido, com exceção do que é proibido; o segundo é o alemão, onde tudo é proibido, salvo o que for permitido; o terceiro é o totalitário, onde tudo é proibido mesmo o que for permitido; e o quarto é o brasileiro, onde tudo é permitido mesmo o que for proibido.

Não é de estranhar que o País seja considerado o território do descumprimento da lei. Coisa que vem de longe. Desde os idos da colônia e do Império, fomos afeitos ao regime de permissividade, apesar da rigidez dos códigos. Tomé de Souza, primeiro governador-geral, chegou botando banca. Os crimes proliferavam. Avocou a si a imposição da lei, tirando o poder das capitânias. Um índio que assassinara um colono foi amarrado na boca de um canhão. Ordenou o tiro para tupinambás e colonos entrarem nos eixos. Mas em 1553 uma borracha foi passada na criminalidade, com exceção dos crimes de heresia, sodomia, traição e moeda falsa. Depois chegaram as Ordenações do Reino (Afonsinas, Manuêlinas e Filipinas), que vigoraram até 1830. De tão severas, a ponto de estabelecerem a pena de morte para a maioria das infrações, espantaram até Frederico, o Grande, da Prússia, que ao ler *Levy das Ordenações*, chegou a indagar: “Há ainda gente viva em Portugal?”.

Mas os castigos eram frequentemente perdoados. A regra era impor uma dialética do terror e do perdão para fazer do rei um homem justo e bondoso. E assim, entre sustos e panos quentes, o Brasil passou a semear a cultura do faz-de-conta na aplicação das leis. Entramos no terceiro milênio com 3% da população terrestre, 9% dos homicídios cometidos no mundo, 300 mil presos encarcerados, que ocupam 200 mil vagas (defasagem de 100 mil) e 200 mil mandados de prisão a serem cumpridos (faltam vagas). Sob esse tecido costurado com os fios da ilegalidade nasce o poder invisível, cancro das democracias contemporâneas. Esse poder da criminalidade, no que diz respeito ao habitat dos “colarinhos brancos”, começa a ser atacado de frente, pelos flancos e pela retaguarda.

Olhemos para as operações policiais e de investigação em curso. Por todos os lados, mais fatos surgem na paisagem da corrupção. Nada mais surpreende. O desfile de figurões algemados - empresários, políticos, tesoureiros de partidos -, se soma ao batismo de operações policiais, com seus simbolismos e nomes que chamam a atenção, como as mais recentes (Lava Jato Zelotes, Origem) ou as mais antigas (Cara de Platão, Terra Prometida, Ressurreição

dos Mortos, Cara de Platão, Éfebo). A administração pública, a política e empresas privadas constituem os pólos da tríade que efetivamente tem o comando dos empreendimentos necessários ao País, alguns deles desvirtuados para ingressarem no balcão de negócios. Por sua abrangência e, mais que isso, pela imbricação de seus eixos, a triangulação perigosa passou a ser o foco de investigações da Polícia Federal, deixando à mostra o paradoxo: o Produto Nacional Bruto da Corrupção (PNBC) tem se expandido na esteira dos controles pelos órgãos do Estado.

Qual a razão? A resposta aponta para algumas variáveis: a fluidez do Estado, a imbricação de fronteiras entre os poderes constitucionais, a transformação da política em profissão rentável, a fragilidade dos mecanismos de punição, a morosidade da Justiça, a rotação de dirigentes e a cultura regada com a semente do fisiologismo, herdada dos nossos colonizadores. Esses são os lubrificantes da engrenagem do novo ajustamento de forças, que passa a reorganizar o corpus da administração pública, subordinando o interesse geral à salvaguarda de grupos. O salto do patrimônio de alguns políticos entre uma campanha tem sido muito exposto nestes dias de investigação pela “Lava Jato”.

Pior é constatar que a corrupção ganha força sob a lupa de instrumentos de controle, entre os quais a Controladoria-Geral da União, a Polícia Federal, o Ministério Público e as instâncias do Judiciário. A cada semana, novos fatos engordam o acervo da corrupção. Veja-se a prisão do tesoureiro João Vaccari, do PT, que aproxima este partido do precipício, enquanto o Governo tenta capitalizar o ciclo de apuração com o slogan: “nunca se combateu tanto a corrupção quanto agora”. Até pode ser. Mas não dá para esconder a evidência: há mais criminosos porque a teia do crime se estendeu. Sob os holofotes da mídia e o selo da eficiência, as operações policiais se sucedem, chamando atenção ainda pelo espalhamento. A tinta do marketing da espetacularização contamina a efetividade das operações. Mesmo assim, uma luz começa a brilhar. As coisas parecem diferentes do passado. As ações ganham uma agenda e os indicados acabam dando depoimentos esclarecedores. O sentimento de que tudo acabará em pizza se dissipa. Se alguns mensaleiros cumprem penas leves, os “lavadores” estarão sujeitos a penas pesadas. A Justiça parece correr mais célere.

As prisões se encaixam na modelagem: “colarinhos brancos” e anônimos são iguais no tratamento. Como lembra o Procurador Janot, as investigações ainda estão no começo. Mas a impressão é a de que os operadores do direito e justiça pretendem efetivamente “passar o Brasil a limpo”.

Gaudêncio Torquato, jornalista, professor titular da USP é consultor político e de comunicação. Twitter: @gaudtorquato

## JORNAL integração

### EXPEDIENTE

Integração - o Jornal do Povo Ltda. - Rua São Bento, 785 - Tatuí/SP - CNPJ: 45.941.838/0001-18

**DIRETOR RESPONSÁVEL:**

José Reiner Fernandes (Reg. no MTB. Nº 12095)

**DIRETOR PROPRIETÁRIO**

Renê José Rodrigues Fernandes

**REDATORA:**

Aidé Maria Rodrigues Fernandes (Reg. no MTB. Nº 16035)

**ESPORTES:**

Rogério Lisboa (Reg. no MTB. Nº 24727)

**FUNDADORES em 24/12/1975:**

José Reiner Fernandes, Francisco José Lang Fernandes de Oliveira, Roberto Antonio Carlessi, Ivan Gonçalves e Acassil José de Oliveira Camargo

**Propriedade da Empresa Jornalística Integração**

- o Jornal do Povo Ltda.

**Rua São Bento, 785- Tatuí/SP - CEP: 18270-820**

**Tiragem: 3.500 exemplares**

**e-mail: integracao@aseta.com.br**

Impresso: A Tribuna de Piracicaba - Rua Luiz Gama, 144 - Piracicaba/SP